
Ata n.º 115 / XIII / 3.ª SL

Aos treze dias do mês de março de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 63/XIII/3.ª [Aprova a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, aberto a assinatura em Santiago de Compostela, em 22 de março de 2015.](#)

- **Deputada autora do parecer:** Ângela Guerra - PSD

3. Proposta de Resolução n.º 65/XIII/3.ª - [Aprova o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se Estabelece a Linha de fecho das Desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se Delimitam os Troços Internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, em 20 de maio de 2017.](#)

- **Deputada autora do parecer:** Carla Cruz - PCP

4. Apreciação e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 541/XIII/2.ª (PCP) [Procede à segunda alteração ao regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto.](#)

- **Deputado autor do parecer:** Rui Silva - PSD

5. Apreciação e votação do relatório da Proposta do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a iniciativa de cidadania europeia [COM\(2017\) 482](#)

- **Deputado autor do relatório:** João Oliveira - PCP

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre *ciber* segurança.

7. Aprovação de atas:

- Ata n.º 111/XIII, de 20 de fevereiro de 2018.
- Ata n.º 112/XIII, de 28 de fevereiro de 2018.

8. Outros assuntos.

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**, o qual deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

No primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor **Vice-Presidente** deu conta aos Senhores Deputados das informações gerais, tendo ficado acordado:

- A realização da audição do Senhor Embaixador de Portugal em Caracas, Carlos Sousa Amaro, no dia 17 de abril (3.ª feira), à porta fechada;
- A realização da audição do Senhor Embaixador Francisco Duarte Lopes, Representante Permanente de Portugal junto da ONU, no dia 15 de maio (3ª feira);
- A realização da discussão na generalidade Projeto de Resolução 1389/XIII/3.ª - CETA e Acordo de Parceria Económica UE - Japão Regiões Ultraperiféricas Avaliação de impacto e de oportunidades (em conexão com a CAE), em Comissão;
- Reunião aberta a todos os Senhores Deputados com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Bulgária, com uma delegação de Deputados búlgaros que virá à Assembleia da República, no âmbito da presidência da Bulgária do Conselho da União Europeia, no dia 20 de março, às 15 horas e 30 minutos.

No segundo ponto da ordem do dia, o Senhor **Vice-Presidente** informou que o mesmo foi adiado, a pedido da Senhora Deputada Relatora.

No terceiro ponto da ordem do dia, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Relatora Carla Cruz (PCP)**, para apresentação do parecer.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada, tomaram a palavra o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)** para fazer um enquadramento histórico do tratado internacional, objeto do parecer apresentado; o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para referir que tratando-se de um tratado de consolidação das fronteiras entre Portugal e Espanha, os territórios das ilhas desertas e o alargamento da plataforma continental deveriam ter sido incluídos; e, por fim, a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para referir que, do ponto de vista histórico, este tratado surgiu por uma questão regional, i.e. motivado por algumas escaramuças na região do Minho em finais do século XIX, e não por um conflito nacional entre os reinos de Portugal e Espanha.

No quarto ponto da ordem do dia, o Senhor **Vice-Presidente** informou que o mesmo foi adiado, por impedimento do Senhor Deputado Relator.

No quinto ponto da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Relator João Oliveira (PCP)**, para apresentação do parecer.

Terminada a intervenção da Senhora Deputada, tomaram o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para referir que a iniciativa de cidadania europeia suscita dúvidas sobre a existência ou não de violação do princípio da subsidiariedade e sobre a maturidade de um cidadão de dezasseis anos para exprimir a sua vontade; o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, para referir que iniciativa de cidadania europeia tem propósitos muito louváveis e pelas repercussões que já teve, deve ser vista como globalmente positiva, devendo ser esclarecidas as questões jurídicas que se levantam quanto à idade mínima de participação; o Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**, para referir as dúvidas suscitadas pela aplicação direta do Regulamento no ordenamento jurídico nacional e sobre a forma como o escrutínio das iniciativas europeias é feito; o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**, para referir existir uma incongruência entre o pressuposto europeu e o nacional quanto à idade mínima legal para exercer o direito ao voto mas, lembrando que a posição do seu Grupo Parlamentar é de que a idade mínima legal para o escrutínio deveria ser aos dezasseis anos; e, por fim, a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para referir que, apesar de o direito de participação democrática em causa, ser um direito menor em relação ao direito eleitoral, a verdade é que a idade proposta viola o bloco constitucional.

O Senhor Deputado **Relator** agradeceu as palavras dos Senhores Deputados e frisou, não ser temor nenhum, afirmar existir uma violação do princípio da subsidiariedade, suscitando o Regulamento em questão dúvidas sobre a eficácia da sua aplicação no ordenamento jurídico nacional. Não obstante tratar-se esta questão de uma atribuição da EU, o Regulamento deveria respeitar as regras prevista na Constituição da República Portuguesa sobre a idade mínima para exercer o direito ao voto em sufrágios eleitorais.

No quinto ponto da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**, para apresentação do requerimento do seu Grupo Parlamentar, referindo que a motivação para requerer a audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros à porta fechada se prende com questões políticas e de geoestratégia, relativos a ciberataques a Portugal e à Aliança Atlântica, importando esclarecer qual a sua motivação e quem os leva a cabo.

Tomaram a palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para referir que se trata de uma questão atual que cria dúvidas e ansiedades e que, como tal, deve ser esclarecida; a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, para saudar a apresentação do requerimento e referir que o seu Grupo Parlamentar acompanha o requerimento, o qual vem na senda da última audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre os desenvolvimentos que este *dossier* sobre a Base das Lajes, e sobre a campanha de notícias *fake news*, nomeadamente no jornal Russia Today, as quais criaram um injustificado alarme social, sendo necessário um esclarecimento; o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, novamente, para reafirmar que a informação trazida pelo Senhor Deputado António Ventura sobre a contaminação na Ilha Terceira corresponde a informação factual; a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, novamente, para enfatizar que a referida informação não tem qualquer fundamento nos estudos realizados pelos EUA e pelo IST, tendo sido criado um alarme social irresponsável; o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, mais uma vez, para enfatizar que as referidas declarações são responsáveis e factuais; e por fim, o Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)** para recordar que a questão tem de ser recentrada no âmbito dos ciberataques a Portugal e à Aliança Atlântica.

Inexistindo outras questões a abordar pelos Senhores Deputados, foi dada por finda a ordem do dia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#).

A reunião foi encerrada pelas 17 horas e 30 minutos, sendo dela lavrada a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de março de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

Ana Passos
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Carla Cruz
Wanda Guimarães

Faltaram os(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

Carlos Páscoa Gonçalves
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os(as) seguintes Senhores(as) Deputados(as):

Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20 de março de 2018.